

Silenciamento nos dizeres sobre o Programa de Fortalecimento da Educação – Profe, no Estado do Tocantins

Silence in the statements about the Education Strengthening Program – Profe, in the State of Tocantins

Damião Francisco Boucher¹
Thiago Barbosa Soares²

Resumo: Neste artigo analisa-se uma das várias redes de dizeres sobre a educação do Tocantins, que se configura na interseção dos discursos político e pedagógico. Assim, busca-se também perceber como funcionam os silêncios constitutivo e local no apagamento e na interdição de sujeitos, sentidos e memórias. Para o alcance desse escopo, utilizam-se os referenciais teóricos e metodológicos da Análise do Discurso, além da noção de silêncio já mencionada; também serão movimentadas as noções de processos parafrásticos e polissêmicos, interdiscurso, intradiscurso e outros dispositivos indispensáveis na mobilização da dinâmica analítica. Nesse sentido, utiliza-se como corpus os dizeres do Secretário da Educação do Estado do Tocantins, Fábio Vaz, proferidos na matéria intitulada “Governo do Tocantins lança programa de fortalecimento da educação no Estado”, exibida no Jornal Anhanguera 1ª edição, em 30 de agosto de 2023. Como resultado desta análise, espera-se compreender como acontecimentos podem ser silenciados e, por consequência, configurar, no imaginário tocantinense, a imagem do professor como sujeito objetificado.

Palavras-chave: Trânsfuga Educacional; Discurso político-pedagógico; Educação do Tocantins.

Abstract: This article analyzes one of the various networks of sayings about education in Tocantins, namely, the political-pedagogical discourse. From this analysis, we also seek to understand how constitutive and local silences function in the erasure and interdiction of subjects, meanings and memories. To achieve this scope, we will use the theoretical and methodological references of Discourse Analysis, in addition to the already mentioned notion of silence, and also the notions of paraphrastic and polysemic processes, interdiscourse, intradiscourse and other essential devices in the mobilization of analytical dynamics. In this sense, the corpus is the words of the Secretary of Education of the State of Tocantins, Fábio Vaz, given in the article entitled “Government of Tocantins launches program to strengthen education in the State”, displayed in Jornal Anhanguera 1st edition, on August 30, 2023. As a result of this analysis, we hope to understand how events can be silenced and, consequently, configure, in the Tocantins imagination, the image of the teacher as an objectified subject.

Keywords: Educational desertion; Political-pedagogical discourse; Tocantins Education.

¹ Universidade Federal do Tocantins (UFT).

² Universidade Federal do Tocantins (UFT).

Considerações iniciais

Sabe-se que há tempos as representações sobre o Norte do Brasil, em específico a representação da educação do Tocantins, “são constantemente retroalimentadas por discursos midiáticos que as perpetuam pelo (des)contínuo da história” (Soares; Boucher, 2023, p. 99). Essa perpetuação se dá não somente por discursos que chegam do exterior para o Tocantins, mas também é posta em manutenção por redes de dizeres internas, catalisadas pela mídia local, sustentáculo das mais variadas formações imaginárias, as quais determinam a realidade educacional dessa região.

Em um cenário mais específico que constata a referida circunstância, no dia 22 de agosto 2022, foi aprovado como projeto de Lei pela Assembleia Legislativa o Programa de Fortalecimento da Educação – Profe, iniciativa da administração Wanderlei Barbosa, de natureza colaborativa e de inovação de gestão, planejada para ser desenvolvida no período de 2023 a 2027. De acordo com a Seduc (2023, p. 1) o programa é voltado, sobretudo, à valorização da educação no Tocantins, “com investimentos em obras, tecnologia, apoio aos municípios, valorização dos servidores, inclusão, reconhecimento das boas práticas nas redes estadual e municipais”.

Para a difusão das informações sobre o aludido programa, o Secretário da Educação Fábio Vaz, por diversas vezes, deu entrevista, apareceu em lives e atuou como o porta-voz do programa Profe por meio de diversas plataformas midiáticas. Nesse trabalho de divulgação, tanto a imagem do professor quanto a imagem da educação do Tocantins foram e têm sido (re)produzidas e projetadas por uma formação discursiva político-pedagógica a qual, pela força dos dizeres midiáticos (Soares, 2022), retroalimenta a imagem do Norte, fragmentando a realidade dessa região e ressignificando, pelo apagamento histórico, a imagem do professor e da educação tocaninense.

Diante dessas condições de produção, as quais permitem a emergência desses dizeres, propõe-se analisar o discurso político interseccionado com o discurso pedagógico acerca das condições do sujeito professor tocaninense. Desse entrelaçamento discursivo no qual a posição política sobrepõe à pedagógica, pretende-se examinar os efeitos dos silêncios constitutivo e local no apagamento e na interdição de sujeitos, de sentidos e de memórias.

Para o mencionado percurso analítico, utilizam-se os referenciais teóricos e metodológicos da Análise do Discurso, em específico, além das noções de silêncio mencionadas; também serão movimentadas as noções de processos parafrásticos e

polissêmicos, interdiscurso, intradiscurso e outros dispositivos indispensáveis na mobilização da dinâmica analítica.

Ao considerar essa perspectiva metodológica, utiliza-se como corpus os dizeres do Secretário da Educação do Estado do Tocantins, Fábio Vaz, proferido em 30 de agosto de 2023. Como resultado desta análise, espera-se compreender como acontecimentos podem ser silenciados e, por consequência, configurar, no imaginário tocantinense, a imagem do professor desertor, ou o sujeito-presença que foge de sua área de formação e que precisa ser capturado por meio de estratégias de natureza econômica.

Considerações teórico-metodológicas

Feitas as considerações iniciais, é preciso estabelecer e delimitar o objeto da análise a qual se pretende empreender, a saber, o discurso. Segundo Soares e Boucher (2023, p. 62): “O discurso é mais do que apenas uma sequência de palavras e frases isoladas. Ele é comunicação, além da mera transmissão de informações, também é construção de significados, interpretações e sentidos”.

Na interação estabelecida entre os pontos “A” e “B” (sujeitos enunciativos e enunciatários), estão presentes os efeitos de sentidos (Pêcheux, 1997) os quais, em um conjunto de dizeres (escritos, falados, imagéticos) denominado formação discursiva, determinam aquilo que pode e deve ser dito. O discurso, dessas considerações, não se encontra determinado por relações puramente linguísticas e autônomas, nem se classifica como uma materialidade meramente sociológica estanque de qualquer manifestação enunciativa (Pêcheux, 2015).

Pelo contrário, o discurso é de natureza heterogênea, interseccionado na estrutura do sistema linguístico, perfazendo a manifestação do pensamento e, por conseguinte, a composição subjetiva dos indivíduos (Pêcheux, 2015). Nessa interseção, também toca o social pela construção do acontecimento discursivo, gerando memórias constituintes da história da humanidade.

Por essa razão, as memórias naturais e metálicas (Orlandi, 2015), em um movimento perpétuo, através das formações sociais materializadas nos diversos enunciados, ao emergir, atualizam sentidos. Ainda acerca do papel da enunciação e das memórias, Soares e Boucher (2023), ao tratar do discurso, afirmam que este não está atrelado à personalidade, mas conecta a enunciados linguisticamente estabilizados pelo uso frequente, isto é, pela manutenção que enunciados e memórias históricas fazem nos dizeres. Os autores afirmam ainda que:

Esses enunciados não apenas carregam parte do processo histórico do qual fizeram parte, já que constituem excertos fabricados de momentos distintos da formação social brasileira, porquanto simbolizam, até os dias atuais, a reconfiguração segundo a qual “novas” bases políticas foram lançadas e, conseqüentemente, fundaram “novas” proposições discursivas sobre o circuito coletivo em que incidiram (Soares; Boucher, 2023, p. 60).

Do trecho acima, é possível constatar que há uma continuidade nos discursos, mas também, uma “descontinuidade histórica” (Soares, 2019, p. 42), rupturas que provocam reconfiguração de sujeitos e de sentidos. Assim sendo, o objeto delimitado nesse percurso analítico é o discurso autoritário, interseccionado pelos campos político e pedagógico. E por carrear esses dois flancos, é revestido pelo silenciamento, “uma política do silêncio” (Orlandi, 2007, p. 73) ora constitutivo, ora local.

O silêncio constitutivo funciona no apagamento de dizeres e de acontecimentos. Ao dizer “x”, o enunciador deixa de dizer “y”, variável a ser descartada do dito. Como ressalta Orlandi (2007, p. 73), é nesse movimento que “se apagam os sentidos que se quer evitar, sentidos que poderiam instalar o trabalho significativo de uma ‘outra’ formação discursiva, de uma ‘outra’ região de sentidos” que poderia ser rastreada, por exemplo, pela noção de diametralidade do sentido oposto na qual desponta-se o que foi enunciado e “sua negatividade marcadamente linguística que lhe torna diametral a sua positividade” (Soares, 2021, p. 99).

Nesse diapasão, se o silêncio constitutivo trabalha naquilo que é preciso dizer para não poder dizer (Orlandi, 2007), isto é, para apagar sentidos e acontecimentos, o silêncio local representa a manifestação “mais visível da interdição do dizer” (Orlandi, 2007, p. 74). No entanto, o sujeito que se encontra situado na formação discursiva político-democrática também é afetado por essa política do silêncio. De outro modo, o indivíduo interpelado em sujeito político pela ideologia pedagógica é atravessado por uma formação discursiva a qual, mesmo alocando esse sujeito na posição do “poder-dizer”, determina o apagamento do tom autoritário na hierarquia das relações de força (Orlandi, 2007) pela eufemização.

É a partir dessas condições de produção que o discurso autoritário, para se fazer funcionar, precisa ser silenciado constitutivamente, utilizando de processos naturais da língua e de mecanismos socioeconômicos para calibrar, ou melhor, formatar seus dizeres no intuito de causar efeitos de sentidos eufemísticos e democráticos, necessários para a consolidação de sua imagem e, conseqüentemente, para a persuasão.

Assim, esses processos naturais da língua, denominados de processamentos parafrásticos e polissêmicos (Pêcheux, 1997), estabilizam e, a um só tempo, deslocam sentidos a depender das condições de produção e da posição em que cada enunciador ocupa na

interlocução (Soares, 2018). Por essa razão, enunciados como “nós obrigados” pode muito bem funcionar sem um tom autoritário se for aplicado sua paráfrase mais democrática, a saber, “Nós atraímos” ou ainda “nós estimularmos a vir” (Vaz, 2023).

Dessa forma, há a estabilização de sentidos na qual o objetivo persuasivo é fazer com que dado sujeito venha para um determinado espaço. Em contrapartida, as marcas deixadas pela paráfrase fazem esquecer³ que aquele enunciado poderia ser outro. Mas nessa estabilização, sempre opera o trabalho da polissemia nos sintagmas, os quais, a partir de seu rastreio, podem conduzir o analista a um exame tanto do que foi estabilizado pelas memórias (Achar, 2015), ou seja, pelas “variáveis sociolinguísticas” (Courtine, 2014, p. 46), quanto do que foi deslocado, isto é, os sentidos de “ordenar” ou “obrigar”, funcionando em silêncio pelos sintagmas verbais “atrair” e “estimular”.

Assim, o exame daquilo que foi silenciado possibilita ao examinador a compreensão do funcionamento desses efeitos que apontam sutilmente para uma ordem e, logo, um sujeito do “poder-dizer”, projetando, no lugar do sujeito autoritário, a imagem do sujeito democrático que, em certa medida, é determinada pela formação discursiva e pela posição histórica na qual este enunciativo se encontra alocado. Por toda essa projeção que envolve as relações de força e de poder na interlocução, e as formações ideológicas e discursivas que determinam as posições de mando e de obediência na sociedade, é possível verificar o trabalho das formações imaginárias (Pêcheux, 1997) que projeta a imagem do aluno, do professor e do secretário de educação, alocando cada um em suas respectivas posições, regulando a tomada de fala, estabelecendo assimetrias e pondo em manutenção o ouvir e o calar.

Diante dessa descrição teórica, compreende-se o papel das memórias para a manutenção das relações de força e de poder historicamente marcadas. Porque, a partir desse campo constitutivo, ou seja, do interdiscurso (Courtine, 2014), os enunciados são retroalimentados na intradiscursividade, ou melhor, no campo atual dos dizeres (Courtine, 2014). Após essa breve explanação conceitual, será analisado o objeto proposto no início desse trabalho: o discurso político-pedagógico de Fábio Vaz, Secretário da Educação do Estado do Tocantins.

Análise: silenciamento e injunção ao discurso democrático

Com o objetivo de alcançar o escopo dessa análise, procura-se estabelecer um procedimento didático, descrevendo e interpretando as Sequências Discursivas (Courtine,

³ Cabe aqui ressaltar que ao utilizar o termo “esquecer”, toca-se na noção de esquecimento, cara para a Análise do Discurso. Esse esquecimento, denominado de número dois, é de ordem enunciativa. São, segundo Orlandi (2015, p. 33), “famílias parafrásticas que indicam que o dizer sempre podia ser outro”.

2014) que compõem a entrevista do Secretário de Educação do Estado do Tocantins, Fábio Vaz, concedida ao Jornal Anhanguera 1ª edição, intitulada “Governo do Tocantins lança programa de fortalecimento da educação no Estado”, que foi ao ar no dia 30 agosto de 2023.

A partir do campo intradiscursivo (Courtine, 2014), é lançado um escrutínio nas bases enunciativas para, dessa materialidade, investigar os efeitos do não-dito, das memórias (Achard, 2015), bem como dos efeitos causados pelo “acionamento de determinados itens lexicais significativos para as condições de produção” (Soares; Boucher, 2023, p. 67). A partir desses itens lexicais e da memória irrompendo do campo interdiscursivo, procura-se estabelecer uma relação daquilo que se diz com aquilo que está sendo silenciado constitutivamente (Orlandi, 2007).

Por fim, averigua-se os processos parafrásticos e polissêmicos, os quais determinam a tenção entre a estabilização e o deslocamento de sentidos na formação discursiva do sujeito enunciador em análise. A partir dessa tenção, verifica-se também o funcionamento da polissemia recobrando, ou melhor, suavizando determinada injunção (Orlandi, 2007) ao retorno dos professores à sala de aula. Após essa breve exposição didática, passa-se à análise com a SD1.

SD1: Kaliton Mota: Vamos lá então, secretário⁴. De modo simplificado. O que que é o Profe? Ele é um projeto gigante, mas, necessariamente o que ele vai fazer?

Fábio Vaz: é um programa voltado para educação de qualidade. É estabelecer compromissos. É apresentar pra a sociedade um ritmo que vai ser de trabalho para os próximos quatro anos; é um planejamento de trabalho que tem oito frentes voltadas para uma educação de qualidade. Então o Profe é isso. É... nós poderíamos estar trabalhando apenas com o planejamento estratégico ou com o PPA, mas nós optamos em apresentar para a sociedade tocantinense, para as entidades o que nós vamos fazer em oito frentes, buscando uma educação de qualidade (Vaz, 2023).

Inicialmente tem-se o entrevistador Kaliton Mota direcionado a entrevista através do operador argutivo do *lead*, “o quê”, para alcançar o primeiro objetivo de sua entrevista, a saber, informações resumidas do Programa de Fortalecimento da Educação (Profe). Dado objetivo é enfatizado pelo sintagma modificador “necessariamente” que, no conjunto constitutivo do enunciado, tem o efeito de “resumidamente”, reforçado pelo sintagma nominal “projeto gigante”.

Para responder dado questionamento, Fábio Vaz direciona o telespectador para o que é o Profe, afirmando que o referido programa é “voltado para educação de qualidade”. Recursivamente, o sintagma “educação de qualidade” emerge pelo menos três vezes na SD1, fazendo reverberar o objetivo proposto pelo programa: “voltar-se para uma educação de

⁴ No original “vamo lá então secretário”.

qualidade”. Dado direcionamento conduz a uma diametralidade enunciativa oposta (Soares, 2021). De outro modo, percebe-se um jogo de relações semântico-discursivas cujo efeito de “uma educação de qualidade” aponta não só para a pressuposição de “uma educação sem qualidade”, mas também para um campo anterior e exterior a esse não-dito o qual se constitui pelas memórias da educação, como uma rede de sentidos que é produto “da relação entre continuidade e descontinuidade histórica” (Soares, 2019, p. 42).

Nessa perspectiva, o exame desse enunciado diametralmente oposto que perpassa o dito e o não-dito (Soares, 2021) possibilita um olhar exterior. Não só voltado, às condições de produção em sentido estrito, ou seja, a situação em que dado enunciado emerge, mas também em sentido amplo, isto é, as condições sócio-históricas. Nelas, encontram-se as memórias da educação, as quais se alocam em conjuntos heterogêneos de formações sociais e dão pistas de que os sentidos de “uma educação de qualidade” poderiam ser outros.

Nesse sentido, não exaurindo ainda as possibilidades analíticas da SD1, passa-se à SD2, com o objetivo de investigar os efeitos do silenciamento constitutivo (Orlandi, 2007) de uma “educação sem qualidade”, rastreado com a mobilização da noção de diametralidade oposta (Soares, 2021). Esse apagamento impede que o sujeito perceba a relação de sentido (Pêcheux, 1997) existente entre discursos e suas condições de produção.

Ademais, o anti-implícito “uma educação de qualidade” instala em seu oposto a ideia de “uma educação sem qualidade”, projetando as formações imaginárias de um trabalho em busca do desenvolvimento da educação, quando, de fato, o próprio implícito, por admitir uma educação mesmo sem qualidade, apaga as condições de produção que denunciam uma “não educação”, isto é, um acontecimento silenciado o qual aponta para um dado período na história tocantinense (a pandemia da COVID-19) que poderia denunciar a falta de aula, a ausência da própria educação formal e, posteriormente, a resistência dos professores em retornarem para as salas de aula.

Desse modo, na SD2, atenta-se para os sintagmas “área de formação”, “estratégia”, “atraímos” e o enunciado “estimularmos a vir; sem obrigá-los”, uma vez que esses elementos enunciativos, pelo rastreamento das memórias (Achard, 2015) constituídas pela interdiscursividade (Courtine, 2014), denunciam o silenciamento constitutivo (Orlandi, 2007) do acontecimento mencionado no parágrafo anterior.

SD2: Kaliton Mota: Certo. Secretário, e aí a gente tá falando também de gratificações para professores. Hoje, qual o professor vai receber essa gratificação e por quê?

Fábio Vaz: Olha, Kaliton. É uma estratégia. Nós temos na educação 4900 professores efetivos, hoje. Só isso. Destes, 1100 apenas estava na área de formação, em janeiro. Hoje nós já temos 1960 professores na área de formação. É um professor de Língua

Portuguesa, trabalhando com Língua Portuguesa. Nós atraímos esses servidores efetivos de uma forma... É... a estimularmos a vir; sem obrigá-los. Então a gratificação de R\$ 700,00 é pra esses professores que estão ali pra poder trabalhar na área de formação. Então hoje, apenas os servidores efetivos, os professores que estão na área de formação, tendo em vista que nós temos aí praticamente 90% dos professores hoje que estão na escola, dentro da área... dando aula, estão recebendo a... a gratificação de R\$ 700,00. (Vaz, 2023).

A segunda pergunta de Kaliton Mota direciona o Secretário de Educação, Fábio Vaz, a responder acerca das gratificações para professores, mais uma vez, seguindo o rito jornalístico do uso dos operadores argutivos do *lead*: “quem” (qual professor) e “por quê”. Fábio Vaz inicia a formulação de sua resposta com o enunciado “É uma estratégia”; traz algumas estatísticas como o contingente de professores efetivos (4900), a quantidade de profissionais em sua área de formação em janeiro (1100) e o quantitativo que já se tem na área de formação (1960).

Diante do que faz emergir no sintagma “É uma estratégia”, o sujeito Secretário da Educação traz à tona as memórias do conflito (militar, político, econômico, moral etc.), sobretudo, com o elemento linguístico “estratégia” que denota uma ação coordenada de forças que, nesse caso, delimita-se pela hierarquia e assimetria estatal sobre os corpos profissionais que insistem em atuar fora de sua área de formação. Segundo Pêcheux (1997), na relação de força, o lugar de onde fala o sujeito determina a diametralidade das posições (discursivas) a qual aloca o sujeito Fábio Vaz na posição de mando, de exigir (mesmo que de forma eufemizada), e os profissionais fora da área de formação na posição da obediência.

Se por um lado há a admissão da relação de força existente entre Estado e o funcionário público por um “Nós atraímos esses servidores efetivos de uma forma...”, esta força impositiva não se dá por um efeito de sentido intimidador. Pelo contrário, o que se vê trabalhando em “Nós atraímos esses servidores efetivos” são os processamentos metafóricos (Soares, 2018) os quais projetam a relação histórica caçador versus caça, pelo sintagma verbal “atrair” que denota outros sentidos possíveis como “trazer para si”, “encantar”, “seduzir”, todos no campo semântico da atração pelo instinto, trazendo nesses sintagmas o deslizamento de sentidos.

Ademais, pelos efeitos da eufemização, a injunção funciona em silêncio (Orlandi, 2007), não como ordem explicitamente, por inexistir sintagmas verbais impositivos, mas como estímulo behaviorista, ou melhor, de um processamento metafórico (Soares, 2018) em que o jogo semântico opera no campo de sentidos de uma relação hierárquica instintiva na qual se supõe presa e isca. Assim, o verbo atrair é reforçado por outro sintagma verbal “estimularmos a vir”.

Desse modo, os efeitos de uma troca actancial, provocados pelos sintagmas “gratificação de R\$ 700,00 é pra esses professores que estão ali pra poder trabalhar na área de

formação” e “É... a estimularmos a vir; sem obrigá-los”, criam a ilusão da inexistência da imposição, projetando a imagem de Fábio Vaz como um sujeito democrático que tenta resolver o problema histórico do desvio de função “sem obrigar” (os professores) a retornarem para sua “área de formação”.

Desse percurso descritivo-interpretativo, nota-se, pela intradiscursividade (Courtine, 2014) que tanto na SD1, com o sintagma “planejamento estratégico”, quanto na SD2, com o sintagma “É uma estratégia”, o adjetivo “estratégico” e o substantivo “estratégia”, ambos perpassam pelo campo semântico da coordenação de forças, denunciando uma luta histórica contra o desvio de função e, conseqüentemente, uma resistência potencializada no período pós-pandemia da COVID-19.

Em contrapartida, pelo movimento interdiscursivo (Courtine, 2014) é possível chegar nas redes de sentidos que estão subentendidas nas SD1 e SD2. As expressões “um ritmo que vai ser de trabalho”, “um planejamento de trabalho” e “o que nós vamos fazer”, todos na SD1 e o modalizador temporal “hoje” o qual aparece quatro vezes na SD2 causam o efeito parafrástico de uma “preparação para uma educação de qualidade” fazendo pressupor na diametralidade do sentido oposto (Soares, 2021) “uma educação sem qualidade”.

Dada diametralidade projeta uma suposta ruptura histórica a qual marca a administração do Secretário de Estado, Fábio Vaz, como sendo o marco temporal entre “uma educação de qualidade” (tempo atual) e uma “educação sem qualidade” (passado sócio-histórico). Essa reverberação nos dizeres do secretário apaga o fato de que em 2021 os indicadores educacionais apontavam o Tocantins na quarta colocação entre os estados do norte com maior taxa de aprovação no SAEB e IDEB por regiões geográficas na rede estadual de ensino (INEP, 2021), uma média que vem crescendo desde 2005 que era de 3,6, somente nos anos iniciais da educação básica, chegando a 5,7 em 2019 (Todos pela Educação, 2023).

Feitas as considerações acerca da posição de destaque e de desenvolvimento do Tocantins em relação ao Norte, as informações trazidas pelo INEP (2021), e amplamente divulgadas na mídia, representam somente um dos vários outros acontecimentos silenciados constitutivamente (Orlandi, 2007) a partir do foco discursivo que o secretário Fábio Vaz dá em sua entrevista.

Mais uma vez pela interdiscursividade, é possível verificar, por exemplo, que o enunciado “90% dos professores hoje que estão na escola, dentro da área... dando aula, estão recebendo a... a gratificação de R\$ 700,00” traz o efeito de sentido de valorização, apagando acontecimentos que poderiam deslocar os sentidos de valorização para uma desvalorização ou até improvisação, já que o PCCR (Plano de Cargos, Carreiras e Remuneração) dos professores

está defasado há quase 10 anos, porquanto desde 2014 não há revisão nem atualização (Cunha, 2023).

Ao tomar consciência desse acontecimento, o dizer “Então a gratificação de R\$ 700,00 é pra esses professores que estão ali pra poder trabalhar na área de formação” passa a não ter o efeito de premiação, bonificação, mas de uma “esmola”, de uma pequena quantia destinada a um grupo específico de profissionais que sujeitou ao Profe. Se por um lado o sintagma “gratificação de R\$ 700,00” soa como benesse, por outro lado, o sintagma “para esses professores” denuncia na diametralidade do sentido oposto (não para aqueles professores), a restrição de direitos, apagada pela política do silêncio (2007) a qual determina as materialidades que devem ser apagadas para evitar a instalação de outros sentidos possíveis como, por exemplo, a desvalorização dos profissionais da educação do Estado do Tocantins, por programas paliativos que interferem no desenvolvimento da educação regional.

Considerações finais

Após esse percurso analítico, o qual possibilitou um olhar menos ingênuo e horizontalizado sobre o Programa de Fortalecimento da Educação – Profe, no Estado do Tocantins, é possível compreender o funcionamento tanto do silenciamento constitutivo, enquanto um efeito que instala anti-implícitos, quanto do silêncio local que censura, que faz calar ou, de uma maneira não tão convencional, exige o funcionamento parafrástico como forma de apagamento da hierarquia e da autoridade em nome de uma relação mais democrática.

No que diz respeito ao silêncio constitutivo (Orlandi, 2007) no corpus em análise, foi possível observar os efeitos de “uma educação de qualidade” instalando na diametralidade do sentido oposto (Soares, 2021) os efeitos do anti-implícito “uma educação sem qualidade”, apagando o fato de que no lugar dessa possibilidade de uma educação mesmo sem qualidade, não havia sequer os pressupostos do exercício da educação formal. Dessa mesma perspectiva, de acordo com Chagas (2020, p. 1), “Entre os quase 56 milhões de alunos matriculados na educação básica e superior no Brasil, 35% (19,5 milhões) tiveram as aulas suspensas devido à pandemia de covid-19”.

No Tocantins, por exemplo, pela ação “Busca ativa” que supostamente garantia a continuidade do ensino, por meio dos roteiros de estudo, entregues à família ou ao estudante, a cada 15 dias (Paixão, 2021), foi possível pressupor o desmantelamento da educação formal, já que pela falta de garantia das aulas remotas; pela falta da presença ativa do professor, estimulando o progresso dos alunos; e, sobretudo, pela falta de acesso a uma conexão de

internet de qualidade e de computadores para acessar as salas virtuais, os alunos não conseguiram ter acesso a uma educação formal de qualidade.

Dessa conjuntura sócio-histórica, abre-se o leque interdiscursivo das memórias para denunciar outro silenciamento, a saber, a imposição, a ordem na cadeia de comando que pode, dentre várias possibilidades, dar visibilidade a uma postura ditatorial e inquisitiva. Como vimos, os mecanismos de eufemização trabalhando no enunciado “a estimularmos a vir; sem obrigá-los” funcionam como anti-implícitos da ordem.

Esses anti-implícitos apagam qualquer possibilidade dos dizeres de Fábio Vaz trabalharem no campo semântico da injunção ou do mando, porquanto, como já examinamos, “estimular” e “sem obrigá-los” são sintagmas com reverberações metafóricas que desvinculam o sujeito enunciativo da imagem de um secretário autoritário, alocando-o na posição do sujeito democrático.

Dos dois silêncios constitutivos mencionados, compreendeu-se como a força das formações discursivas agem tanto do lado de quem resiste quanto do lado de quem impõe. De outro modo, Fábio Vaz, mesmo ocupando uma posição discursiva que o permite ordenar o retorno dos professores às suas áreas específicas de formação, não pode fazê-lo, isto é, encontra-se delimitado por uma formação discursiva democrática na qual os sintagmas “ordenar”, “mandar”, “exigir”, entre outros, fazem funcionar e emergir seus efeitos pela paráfrase e principalmente pela eufemização.

Diante da análise empreendida, alcançou-se o escopo dessa jornada, compreendendo como acontecimentos podem ser silenciados e, por consequência, configurar, no imaginário tocantinense, a imagem do professor como sujeito objetificado. Para além desse objetivo, constatou-se o potencial heurístico da noção de diametralidade do sentido oposto (Soares, 2021) para identificar efeitos de sentidos ora apagados pelo processo de eufemização, ora silenciados pela configuração constitutiva dos elementos linguísticos.

Frente ao exame dos silenciamentos constitutivo e local, foi possível verificar o funcionamento desses mecanismos no apagamento de acontecimentos históricos. A análise desses efeitos de “forclusão dos sentidos” (Orlandi, 2007, p. 74), permitiu perceber que enunciados como “gratificação de R\$ 700,00” entre outros, na formação discursiva de Fábio Vaz trabalham na região semântica da benesse pedagógica, fazendo esquecer a desvalorização histórica dos professores do Tocantins.

Diante dos resultados alcançados, reforça-se a relevância da continuidade das pesquisas acerca da potencialidade tanto da noção da política do silêncio, quanto da importância de mecanismos analíticos, como a diametralidade do sentido oposto (Soares, 2021), que

permitiram captar as sutilezas dos discursos político-pedagógicos os quais põem em manutenção a imagem dos profissionais da educação do Estado do Tocantins como sujeitos agraciados pelos históricos “pacotes de bondades” que de tempos em tempos emergem para projetar a imagem de um governo populista e mais democrático.

Referências

ACHARD, Pierre; DAVALLON, Jean; DURAND, Jean-Louis; PECHEUX, Michel; ORLANDI, Eni. **Papel da memória**. Trad. Eni Pulcinelli Orlandi. 4. ed. Campinas, SP: Pontes Editores, 2015. p. 7-63.

CHAGAS, Elisa. DataSenado: quase 20 milhões de alunos deixaram de ter aulas durante pandemia. **Agência Senado**, 2020. Disponível em: <https://www12.senado.leg.br/noticias/materias/2020/08/12/datasenado-quase-20-milhoes-de-alunos-deixaram-de-ter-aulas-durante-pandemia#:~:text=Entre%20os%20quase%2056%20mil%C3%B5es,n%C3%A3o%20possuem%20acesso%20%C3%A0%20internet>. Acesso em: 05 dez. 2023.

COURTINE, Jean-Jacques. **A análise do discurso político**: o discurso comunista endereçado aos cristãos. São Carlos, SP: EDUFSCar, 2014.

CUNHA, Thatiane. “É preciso que tenhamos respostas”, cobra Marcus Marcelo sobre PCCR da Educação. **Assembleia Legislativa**. Disponível em: <https://al.to.leg.br/noticia/gabinete/marcus-marcelo/12895/-e-preciso-que-tenhamos-respostas-cobra-marcus-marcelo-sobre-pccr-da-educacao>. Acesso em: 09 dez. 2023.

INEP, Ministério Da Educação. **Resultados**: regiões e estados. Ministério da Educação, 2022. Disponível em: <https://www.gov.br/inep/pt-br/areas-de-atuacao/pesquisas-estatisticas-e-indicadores/ideb/resultados>. Acesso em: 27 nov. 2023.

ORLANDI, Eni Pulcinelli. **As formas do silêncio**: no movimento dos sentidos. 6. ed. Campinas, SP: Pontes da Unicamp, 2007.

ORLANDI, Eni Pulcinelli. **Análise de Discurso**: princípios e procedimentos. 12. ed. Campinas, SP: Pontes Editora, 2015.

PAIXÃO, Cláudio. Busca ativa garante que estudantes mantenham o vínculo com escola e concluam estudos com o ensino não presencial. **Secretaria da Educação – Governo do Tocantins**, 2021. Disponível em: <https://www.to.gov.br/secom/noticias/busca-ativa-garante-que-estudantes-mantenham-o-vinculo-com-escola-e-concluam-estudos-com-o-ensino-nao-presencial/7g2f1bdgbyzu>. Acesso em 05 dez. 2023.

PÊCHEUX, Michel. Análise automática do discurso (AAD-69). In: GADET, F.; HAK, T. (Orgs.). **Por uma análise automática do discurso**: uma introdução à obra de Michel Pêcheux. Trad. Bethania S. Mariani... [et al.]; 3. ed. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 1997. p. 163-161.

PÊCHEUX, Michel. **O discurso**: estrutura ou acontecimento. Trad. Eni Orlandi. 7. ed. Campinas, SP: Pontes, 2015.

SEDUC. Programa de Fortalecimento da Educação do Governo do Tocantins é aprovado na Assembleia Legislativa e vai beneficiar estudantes e servidores das escolas públicas de educação básica de todo o Estado, **Secretaria da Comunicação**, 2023. Disponível em: <https://www.to.gov.br/secom/noticias/programa-de-fortalecimento-da-educacao-do-governo-do-tocantins-e-aprovado-na-assembleia-legislativa-e-vai-beneficiar-estudantes-e-servidores-das-escolas-publicas-de-educacao-basica-de-todo-o-estado/5rusi1yknysw>. Acesso em: 05 dez. 2023.

SOARES, Thiago Barbosa. **Percorso linguístico**: conceitos, críticas e apontamentos. Campinas, SP: Pontes Editores, 2018.

SOARES, Thiago Barbosa. Formação discursiva: uma noção com dois fundadores. *In*: PESSOA, Osalda Maria (Org.). **Leitura, discurso e produção dos sentidos**: múltiplas abordagens. Jundiaí, SP: Paco Editorial, 2019. p. 37-51.

SOARES, Thiago Barbosa. **Percorso discursivo**: heterogeneidades epistemológicas aplicadas. 1. ed. Campinas, SP: Pontes Editores, 2022.

SOARES, Thiago. Barbosa. O contraste no discurso do sucesso: a diametralidade discursiva do enunciado “oposto”. **Porto das Letras**, v. 7, n. 1, p. 98-115, 2021. Disponível em: <https://sistemas.uft.edu.br/periodicos/index.php/portodasletras/article/view/11300>. Acesso em: 27 nov. 2023.

SOARES, Thiago Barbosa; BOUCHER, Damião Francisco. **Discurso do Norte**: produções identitárias, apagamentos e interpelações em rede de dizeres sobre o Tocantins. Campinas, SP: Pontes Editores, 2023.

Todos pela Educação. **Panorama da Educação Básica** - Estados, 2023. Disponível em: <https://todospelaeducacao.org.br/wordpress/wp-content/uploads/2023/01/panorama-tocantins-2023.pdf>. Acesso em: 9 dez. 2023.

VAZ, Fábio. *Governo do Tocantins lança programa de fortalecimento da educação no Estado*. [agosto 2023]. Entrevista a Kaliton Mota - **Jornal Anhanguera 1ª Edição** - TO. Palmas, Tocantins: **Globoplay**, 2023. Disponível em: <https://globoplay.globo.com/v/11907273/?s=0s>. Acesso em: 23 nov. 2023.

ISSN: 1984-4921

DOI: <http://dx.doi.org/10.18226/19844921.v16.n37.04>

Artigo de autores convidados.